

ATENDIMENTO EDUCACIONAL DOMICILIAR NO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA – GO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliano Guerra Rocha¹ (FM), Vana Beatriz Soares do Amaral² (TA)

¹Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO; ²Secretaria Municipal da Educação de Itumbiara/GO.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Resumo

O atendimento domiciliar é uma modalidade que tem por objetivo desenvolver o processo de ensino e aprendizagem aos alunos afastados do ambiente escolar por motivo de tratamento de saúde. É um processo que tem respaldo na garantia de direitos e acesso de todos à educação tendo como subsídio a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei nº 13.716 de 24 de setembro de 2018. Esse acompanhamento requer cuidado; informações a respeito do tratamento e das condições biopsicossocial do menor; atenção para o exercício intelectual e principalmente um olhar integral à pessoa. Diante disso, as ações pedagógicas devem proporcionar a continuidade do processo de desenvolvimento do discente assegurando a equidade e direito à educação. Nesse sentido, esse trabalho apresenta o relato de experiência do atendimento educacional domiciliar realizado pelas escolas municipais de Itumbiara – GO nos últimos cinco anos (2014 a 2019), aos alunos acometido por doença que o impossibilita de frequentar a escola, mas o possibilita estar no aconchego do lar, com o acompanhamento da equipe escolar.

Palavras Chaves: *Educação; Saúde; Atendimento Educacional Domiciliar.*

Introdução

O atendimento pedagógico domiciliar é um grande desafio, pois ultrapassam os limites da escola em lugares às vezes impróprios a aprendizagem, como garagem, área de serviço, quarto dentre outros, além de considerar o histórico do estudante, sua condição biopsicossocial para aprender. Porém, é um trabalho enriquecedor, que proporciona um aprendizado para o docente, além de ser um remédio edificante para o aluno que apresenta limitação que a doença impõe.

Para tanto, o atendimento educacional domiciliar, precisa estar subordinado às regras educacionais das Secretarias de Educação (Federal, Estadual e Municipal), assim como as unidades de saúde.

O professor em atendimento deve estabelecer um vínculo de confiança com o estudante, fazendo do ambiente domiciliar um local harmonioso e prazeroso para o desenvolvimento da aprendizagem. Assim como, envolver a família e a escola em toda ação, visando o aprender de acordo com as potencialidades e limitações do estudante.

Nessa perspectiva, o professor deve atuar como mediador do processo de ensino e aprendizagem, conhecer a cultura familiar e sua compreensão diante do adoecimento; a demanda e horário da medicação, os tipos de procedimentos que às vezes são invasivos; conhecimento de medidas e regras de segurança e proteção ao processo infeccioso; horário de tratamento especializado, priorizar a especificidade do aluno, dentre outros, que são determinados de acordo com a doença, prescrição de tratamento e orientação médica. Em alguns casos o problema de saúde pode deixar sequelas, diante disso, faz-se necessário trabalhar a inclusão, discriminação e preconceito para que ao retornar à escola o aluno esteja apto e preparado emocionalmente. Nessa condição, a escola deve se adaptar e preparar os colegas de sala para a nova situação e conviver com a diferença.

Outro aspecto importante a ser mencionado é referente as atividades. Essas devem ser adaptadas a rotina do educando, de modo humanizado e que respeite o estado biopsicossocial do sujeito, utilizando recursos que visa favorecer a obtenção de conhecimento. Os recursos utilizados pelo professor são de suma importância, o plano pedagógico deve ser elaborado em consonância com o desenvolvido em sala de aula, com orientações do professor regente, porém com adaptação curricular para facilitar o atendimento, assim como modificar as estratégias sempre que necessário, de acordo com a situação de cada sujeito atendido.

Nesse sentido, é importante considerar que no atendimento educacional domiciliar para aluno em tratamento de saúde, o docente deve ter habilidade e comprometimento, pois se difere do atendimento de sala de aula; informar aos familiares a proposta pedagógica para a elaboração e efetivação das ações; a dinâmica e funcionamento da rotina do trabalho no ambiente familiar; respeitar o local de realização do processo e o estado de saúde do aluno; construir uma base na relação de respeito e afetividade com o educando e família; garantir ao vínculo com a escola para favorecer a sua reintegração ao ambiente escolar., utilizar recursos pedagógicos que facilita a aprendizagem, assim como a compreensão das habilidades de como o educando aprende e flexibilização do processo; registro diário de todo o processo pedagógico; elaboração do parecer de todo trabalho desenvolvido e resultados (PETERS, 2019).

O espaço, as condições do ambiente devem ser harmoniosas e agradáveis. O tempo, o conteúdo, os recursos, os materiais de trabalho para que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolva, devem ser adequados e adaptados de acordo com a necessidade do estudante. Todo trabalho de atendimento domiciliar desenvolvido deve ser registrado pelo professor em diário contendo informações necessárias quanto ao desenvolvimento do aluno, conteúdos, métodos, recursos pedagógicos utilizados e parecer descritivo para ser documentado na escola e dar continuidade no processo na unidade escolar.

Assim, o objetivo do trabalho é apresentar o relato de experiência do atendimento educacional domiciliar desenvolvido pelas escolas municipais de Itumbiara- GO nos últimos anos (2014 a 2019), tendo como subsídio a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei nº 13.716 de 24 de setembro de 2018.

Resultados e Discussão ou Relato de Caso

No município de Itumbiara, desde 2014, o atendimento hospitalar e domiciliar vem sendo realizado mediante avaliação da equipe gestora da unidade escolar e equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação, em consonância com a equipe de saúde que acompanha o educando. O tempo de afastamento para garantir a necessidade do atendimento decorre da análise individual de cada aluno, de suas condições de saúde, limitações e necessidades, para ajustar a continuidade do processo de desenvolvimento educacional e de aprendizagem, contribuindo para a sua reintegração a unidade escolar.

Diante do acréscimo da demanda no município e da carência de dispositivo legal mais específicos, a equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação no presente ano, solicitou junto ao Conselho Municipal da Educação, a elaboração de uma resolução, para de modo efetivo e legal dar continuidade a garantia de direitos dos educandos em tratamento e que se encontram impossibilitados de frequentarem a escola.

No que tange ao atendimento pedagógico domiciliar as escolas municipais de Itumbiara realizam esse processo de ensino aos educandos afastados da escola por comprometimento e tratamento de saúde, que os impossibilitam de frequentar a escola. Esse trabalho se desenvolve por meio de ações e orientações que visam o acompanhamento pedagógico, dando ao aluno a oportunidade de dar continuidade ao processo educacional. O professor acompanha o educando pedagogicamente em sua residência com planejamentos elaborados em conjunto com o professor regente, caso esse não possa executar essa função.

Essa modalidade é acompanhada pela equipe da escola em conjunto com a equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação, com a finalidade de estabelecer e manter o vínculo entre o aluno, a família e escola, objetivando a reintegração do estudante a sua unidade escolar. Esse trabalho em conjunto auxilia o processo de aprendizagem, de acordo com as potencialidade e limitações apresentada pelo educando, assim como da realização num ambiente diferenciado da unidade escolar.

Para o desenvolvimento do trabalho, em primeiro momento é realizada reunião na unidade escolar com os gestores, professor, família e equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação, para compreensão da situação do aluno, organizar estratégias de trabalho com o menor e solicitar a autorização do responsável para a realização do atendimento em sua residência. Após análise e autorização é agendado uma visita domiciliar, para conhecimento do local e assim organizar uma área da residência para a realização do atendimento.

Para organizar o trabalho pedagógico em primeiro momento a professora que irá acompanhá-lo realiza diagnóstico das condições físicas do educando, seu envolvimento e sua capacidade para assimilar o conteúdo. Nesse trabalho, se faz necessário criatividade para elaborar o plano de aula, para que ela se tornasse interessante e junto conjugar os objetivos propostos e a aprendizagem. São desenvolvidas atividades com ênfase na leitura e a partir da experiência da leitura, vão sendo aplicadas atividades com uso de jogos, softwares, dentre outros recursos como tecnologia assistiva. O objetivo é proporcionar um ambiente de estudo que motive o aluno, em processo terapêutico, ao ensino e aprendizagem. Após cada encontro, a professora deixa atividades para serem desenvolvidas juntamente com a família, atividades essas como tarefa de casa e retomando as orientações no próximo encontro.

Outro ponto importante desse processo é trabalhar com a família por meio de orientações e esclarecimentos das propostas pedagógicas e solicitar a colaboração em todo o processo. Assim como, reunião com a equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal da Educação para análise da situação e do acompanhamento pedagógico.

A relação entre família, escola e docente é de suma importância para o desenvolvimento educacional, emocional e de saúde. É um acompanhamento complexo, pois o docente vai estar envolvido com a vida familiar do aluno, sua cultura, seus valores, a forma diferenciada de pensar a vida, dentre outros aspectos e situações. Nesse sentido o docente tem como princípio ético e moral o não envolvimento nas condições e vivências familiares, respeitando a dinâmica familiar, além de ter a autorização para a realização do atendimento domiciliar, proporcionando um ambiente agradável e arejado, livre de circulação de pessoas, para realizar o processo educacional de modo que haja a concentração do aluno.

Conclusões

O atendimento educacional domiciliar é um atendimento essencial no desenvolvimento do sujeito que se encontra impossibilitado de frequentar à escola. Entretanto não podemos deixar de

mencionar sobre a docência na educação domiciliar. Esse trabalho é complexo, mas exige do docente habilidade e ética no desenvolvimento de seu trabalho, pois difere do atendimento em ambiente escolar. É um processo de mediação, mas que exige um conjunto de saberes, que vão além das informações específicas da área docente. Essa ação externa a instituição de ensino demanda novos saberes, busca de novas estratégia, soluções e competência para saber superar os obstáculos, dificuldade e situações inerentes ao cotidiano escolar. É um processo de mediação, mas que exige um conjunto de saberes, que vão além das informações específicas da área docente. Essa ação externa a instituição de ensino demanda novos saberes, buscas de novas estratégia, soluções e competência para saber superar os obstáculos, dificuldade e situações inerentes ao cotidiano escolar. No atendimento educacional domiciliar, o acompanhamento pedagógico requer uma proposta educacional em conjunto com o professor regente e do professor que realiza o atendimento de forma que desenvolvam juntos a construção do conhecimento. É um processo que exige a conexão entre escola, professor, aluno e família para que os objetivos sejam atingidos, valorizando e reconhecendo as diferenças. É um trabalho que necessita ser desenvolvido em equipe multidisciplinar, não podendo ter entraves entre profissionais. Todos têm que se unir para auxiliarem uns aos outros nas suas dificuldades, desenvolvendo ações de mediação, articulação e formação, tendo o educando/paciente como elemento primordial de todo processo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Centro Gráfico 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Lei nº 13.716, 24 de setembro de 2018**.

PETERS, Itamara. **A escolarização do estudante afastado das atividades escolares para tratamento de saúde**. Atendimento Educacional em Ambiente Hospitalar e Domiciliar. Módulo III. Secretaria Especial de Educação a Distância e Formação de Professores (SEDFOR), Campo Grande, MS, 2019